

# **LINO BICARI.**

## **ITÁLIA, PORTUGAL E GUINÉ: UMA GEOGRAFIA DE RESISTÊNCIA.**

**MUSEU DO ALJUBE  
RESISTÊNCIA E LIBERDADE**

# CRIMES de GUERRA

Nas regiões libertadas da GUINE, nas aldeias de TAMBICO e IADOR, existiam duas escolas. Duas escolas em duas aldeias onde nunca tinha havido escolas. Duas escolas construídas pelo P.A.I.G.C. Nessas escolas os guerrilheiros do PAIGC, aqueles a quem o governo chama terroristas, ensinavam às crianças o que durante séculos os colonizadores nunca tinham ensinado ao povo da GUINE.

Em TAMBICO e IADOR, as crianças dessa nova GUINE que está ser criada pelo PAIGC aprendiam a ler e a escrever em PORTUGUES.

Mas TAMBICO e IADOR são agora apenas cinzas, destroços, lágrimas.

Em nome da civilização cristã aviadores da FORÇA AEREA PORTUGUESA bombardearam as escolas de TAMBICO e IADOR.

Foi no dia 2 de Fevereiro em IADOR. Foi no dia 30 de Março em TAMBICO. Os aviões chegaram vindos de Bissau. Traziam a sua carga de morte. Largaram as suas bombas e partiram.

8 CRIANÇAS MORTAS E 17 FERIDAS EM IADOR

7 CRIANÇAS MORTAS E 8 FERIDAS EM TAMBICO.

Em nome da civilização cristã. Sobas ordens do general António Spínola e sob a responsabilidade do governo de Marcelo Caetano.

Há verdades que são incomodas. Mas o povo tem de as saber. IADOR e TAMBICO, são dois símbolos e o povo deve decorar estes nomes. Em IADOR e TAMBICO aviadores portugueses praticaram dois crimes de guerra que envergonham o nome de PORTUGAL. Em IADOR e TAMBICO, no norte da GUINE, aviadores portugueses sob as ordens do General Spínola e sob a responsabilidade do governo de Marcelo Caetano, assassinaram crianças cujo unico crime era o de estarem a aprender a ler e a escrever PORTUGUES em duas escolas do P.A.I.G.C.

IADOR e TAMBICO não podem ser esquecidos. Não é só um problema político. É um problema de consciencia.

Amigos, Companheiros: dizei a todos os vossos amigos e conhecidos que no dia 2 de Fevereiro e no dia 30 de Março, aviões da FORÇA AEREA PORTUGUESA, pilotados por aviadores portugueses, bombardearam as escolas de IADOR e TAMBICO, nas regiões libertadas da GUINE

# Lino Bicari. Itália, Portugal e Guiné: uma geografia de Resistência.

«Nas regiões libertadas da Guiné, nas aldeias de Tambico e lador, existiam duas escolas. Duas escolas em duas aldeias onde nunca tinha havido escolas.» É desta forma que começa o panfleto «Crimes de Guerra»<sup>1</sup>, incluído no espólio do missionário italiano Lino Bicari, à guarda do Museu do Aljube Resistência e Liberdade. O documento denuncia os bombardeamentos das escolas de Tambico e lador pela aviação portuguesa em fevereiro e março de 1970.

Meses depois, Amílcar Cabral, secretário-geral do PAIGC, Agostinho Neto, presidente do MPLA, e Marcelino dos Santos, vice-presidente da FRELIMO, deslocavam-se a Roma para participar na Conferência de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas que decorria entre 27 e 29 de junho de 1970. Mas o grande acontecimento teria lugar no dia 1 de julho: os três líderes africanos foram recebidos, em audiência privada, pelo Papa Paulo VI após a conclusão da audiência geral. Este foi um momento fundamental de legitimação da luta anticolonial e de descrédito do regime e do esforço de guerra português.

Um dos elementos que integrava a comitiva guineense era José Turpin, que o padre Lino Bicari conhecerá em 1972 em Roma. Através dele, Bicari corresponder-se-á com Amílcar Cabral e contactará os dirigentes do PAIGC no sentido de

---

1. «Crimes de Guerra», s.d., Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <https://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?i-d=6984&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6984&museu=5&c=inicio&IPR=1793#>

preparar o regresso à Guiné-Bissau, para as zonas libertadas, depois de romper com o trabalho missionário nos territórios controlados por Portugal.

## De Portugal à Guiné.

Lino Bicari nascera em Borgo Val di Taro, na província de Parma, a 1 de dezembro de 1935, cerca de dois meses depois da invasão da Abissínia pela Itália fascista. A infância é passada perto de uma importante frente de combate, em plena Segunda Guerra Mundial.

A guerra, a *resistenza* antifascista e os *partigiani*, o fascismo de Mussolini, a invasão da Abissínia e os horrores do colonialismo italiano ajudá-lo-ão a definir uma consciência política ancorada no antifascismo e no anticolonialismo.

Entre 1959 e 1963, Lino Bicari estudou Teologia no Seminário do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras de Milão (PIME), que formava leigos e clérigos para trabalharem em países do chamado «terceiro mundo», em África, na Ásia e na América Latina. Ao PIME cabia garantir o ensino, por decisão das autoridades portuguesas, em toda a zona periférica da Guiné-Bissau, chegando a ter sob sua jurisdição dois terços do território.

Durante dois anos (1966 e 1967), Lino Bicari instala-se em Lisboa para estudar Língua Portuguesa, Administração Ultramarina/Colonial, Estatística e Etnografia do Ultramar Português no Colégio Pio XII, num curso administrado pelo Ministério do Ultramar em que, como recorda, a presença portuguesa em África era apresentada aos missionários estrangeiros como peça fundamental da defesa da civilização cristã e ocidental.

Chega a Portugal com 28 anos em outubro de 1966, já com uma visão política completamente contrária à do Estado Novo. Recorda um país pobre, o medo instalado, a opressão e a vigilância que o regime exercia sobre os cidadãos através da violação da correspondência, dos informadores, da censura ou do controlo estrito de tudo o que vinha do exterior<sup>2</sup>. Nem os padres estrangeiros escapavam à vigilância da ditadura e alguns dos seus colegas missionários foram expulsos de Portugal por questionarem o discurso oficial do regime.

Lino procurará manter sempre a discrição, não expondo abertamente as suas posições críticas relativamente ao Estado Novo, ao colonialismo e à guerra. Recorda que era vigiado de forma regular pela PIDE/DGS em Lisboa e também na viagem de barco que o levou para a Guiné. Durante os nove dias que esta durou, partilhou todas as refeições, pequeno-almoço, almoço e jantar, com um oficial da Marinha, com quem conversava abundantemente, e que, à chegada a Bissau, descobriria ser da PIDE/DGS.

A 25 de abril de 1967 embarcou então para a Guiné, onde chegou no dia 4 de maio para ser o Diretor do Internato da Missão Católica em Bafatá. Será responsável, durante cerca de cinco anos, pela formação dos professores das escolas para indígenas das missões de Catió, Bubaque, Biombo, Comura, Suzana, Farim, Bambadinca e Bafatá (primeiro até à 4.ª classe e depois até ao ciclo preparatório). Será também inspetor das escolas primárias da zona de Bafatá e trabalhará ainda na área da saúde.

Embora sem conhecer com profundidade a realidade das colónias portuguesas, Lino desembarcara já com um pensamento anticolonial relativamente amadurecido. Sem o fazer aberta ou panfletariamente, deixava transparecer subtilmente as suas opiniões e visão do mundo. Nas aulas nunca usava jargões do regime como «turras» ou «terroristas», dizendo antes «aqueles do mato» ou a «gente do mato». Aproveitava as aulas de matemática ou geografia e momentos de leitura da Bíblia ou de encíclicas papais para falar da atualidade política, de independência e autonomia. Certo dia, num exame, perguntou se os territórios da Guiné faziam parte de Portugal. Tanto as respostas afirmativas como as negativas não foram consideradas inteiramente certas por Lino, o que deixou os alunos intrigados.

O padre Lino alertava os estudantes para não falarem de política fora das aulas e não revelarem o que ali conversavam. Se a ele, Lino, o máximo que poderia acontecer seria uns meses na prisão e a expulsão da Guiné, para estes jovens a morte era uma possibilidade. Tão real que vários dos seus alunos foram encontrados mortos ou pura e simplesmente desapareceram. Três missionários italianos, Antonio Grillo, Mario Faccioli e Salvatore Camilleri, foram presos e expulsos, as missões onde ensinavam foram queimadas e destruídas e os alunos, presos e torturados, com poucos a saírem vivos da prisão<sup>3</sup>.

Em 1969, recebe uma carta de um aluno que lhe pedia desculpa por não poder continuar. Era um dos cinco estudantes, entretanto professores recém-formados, que abandonavam

a Missão para se juntarem à luta armada pela independência. Outros se seguiriam. As conversas dentro da Missão contribuem para a politização de muitos destes jovens e revelar-se-iam também fundamentais no futuro político de Lino.

Ao longo do tempo, o padre italiano toma conhecimento de crimes de guerra e massacres perpetrados por soldados portugueses ou comandos guineenses ao serviço do Exército português. As informações chegavam-lhe através de conversas com os alunos guineenses e militares portugueses, bem como de documentos clandestinos ou de fotografias. Recorda uma em particular: cinco punhos erguendo cálices com vinho por cima de uma mesa onde estava a cabeça de um negro.

Tudo isto fermentava em Lino, mas o tempo da rutura não chegara ainda.

Em 1969, após ser sugerido o encerramento da Missão Católica em Bafatá por alguns deputados portugueses, na medida em que os professores passariam a ser formados numa nova escola pública em Bolama, Lino vai propor às autoridades eclesiásticas que a sua Missão passe a ser um seminário do qual viria a ser o fundador e primeiro diretor.

## De regresso a Itália.

Em 1970, tendo em vista a preparação do Concílio do PIME, Lino Bicari é designado representante dos missionários italianos a trabalhar na Guiné, o que implicará a sua ida para Roma em 1971 depois de um aturado levantamento das opiniões e contributos de todos os missionários do PIME na Guiné. Refletindo já um lastro de reflexões e pensamento crítico, Lino Bicari apresenta durante o Concílio uma agenda de renovação. Propõe novas formas de levar a cabo a evangelização e de pensar a natureza da Igreja e o papel desta na missionação na Guiné, mas as suas propostas serão chumbadas por poucos votos.

É durante este período em Roma (1971-1973), de batalhas perdidas pela renovação, que Lino tem aquilo que descreve como a sua única crise «meio política, meio psicológica, meio religiosa», levando-o a ponderar abandonar a atividade de missionário. Opera-se uma mudança na forma de encarar a sua missão: «eu era padre e continuei padre, mas diferente daquilo que era antes»<sup>4</sup>, num processo de afastamento relativamente às diretrizes oficiais e hierarquias eclesiásticas.

Por decisão da nova direção do PIME, Lino permanece, contra a sua vontade, em Itália, instalando-se em Florença. Meses depois, os responsáveis do PIME decidem que Bicari regressaria à Guiné, já não para Bafatá, mas para os Bijagós. Porém, tudo muda quando recebe uma carta anónima: «Não parta. É perigoso.» A missiva avisava-o de que seria preso pela PIDE/DGS ao aterrar em Portugal, onde faria escala antes de seguir para a Guiné.

Nesta altura, Lino Bicari estabelecera já contactos com o PAIGC e ponderava partir para as zonas libertadas. A aproximação ao movimento de libertação decorre primeiro das conversas com os seus alunos da Missão que, depois de se juntarem ao PAIGC, falavam num padre Lino e do seu pensamento anticolonial. Mas os contactos mais sérios com o Partido serão feitos apenas durante a passagem por Roma, algo impossível na Guiné, através de José Turpin. Chega a ser agendado um encontro com Amílcar Cabral que, por morte deste, não se realizará<sup>5</sup>, havendo apenas troca de correspondência entre ambos.

Após receber a referida carta anónima, Lino escreve a Aristides Pereira, expondo o desejo de se juntar ao PAIGC, e informa os seus superiores eclesiásticos de que não pode regressar a Portugal porque a polícia política portuguesa o prenderia. Recorda-lhes que o seu juramento fora o de trabalhar nas missões na Guiné e não em Itália e anuncia a sua disposição de ir trabalhar com o PAIGC na área do ensino e da saúde nas zonas libertadas e não nas missões católicas ligadas ao poder colonial. Para tal, desvincula-se oficialmente do PIME e liga-se à diocese do Monsenhor Luigi Bettazzi.

Numa carta de 10 de julho de 1973, em resposta ao pedido feito em maio por Bicari, Aristides Pereira comunica-lhe que a sua situação será analisada na próxima reunião da direção superior do Partido<sup>6</sup>. Em carta de 31 de agosto, Lino põe à consideração do PAIGC se será mais útil a sua ida para as zonas libertadas ou o regresso ao trabalho missionário

---

5. «Entrevista com o Padre Lino – ‘Aprender do povo e construir com ele o caminho da libertação’», 10 de julho de 1975, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <http://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6804&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6804&museu=5&c=LinoBicari&IPR=5757>

6. [Carta remetida por Aristides Pereira ao Padre Lino Bicari], 10 de julho de 1973, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <https://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6756&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6756&museu=5&c=inicio&IPR=1793>

nos territórios controlados por Portugal<sup>7</sup>. Finalmente, num curto telegrama de 22 de outubro, Aristides Pereira escreve apenas: «ACCORD VOTRE DECISION FAISONS CONFIANCE ESPERONS BONNE COOPERATION STOP SALUTATIONS PEREIRA» [sic]<sup>8</sup>.

Ficava assim acertado o regresso de Lino Bicari à Guiné, como «militante não armado», já que nunca se viu como um Camilo Torres ou um Alípio de Freitas e a guerrilha estava por norma vedada a estrangeiros.

## 1973. O Ano decisivo.

A consciência anticolonialista e antifascista de Lino Bicari aprofunda-se em Portugal em 1966 e 1967 e, sobretudo, como é natural, na Guiné entre 1967 e 1971. Numa entrevista à Rádio Libertação<sup>9</sup> recorda, porém, que à data da sua chegada àquele território tinha apenas uma ideia vaga sobre a questão colonial portuguesa. Ao regressar a Itália em 1971, tem acesso a abundante informação sobre a situação na Guiné. Considera que dois acontecimentos foram determinantes no despertar da opinião pública europeia e italiana em 1973: o assassinato de Amílcar Cabral, no dia 20 de janeiro, e a denúncia dos massacres de Wiri Yamu, ocorridos em dezembro de 1972 e denunciados publicamente em julho de 1973. O ano ficaria ainda marcado por mais três momentos fundamentais da luta anticolonial: o uso pelo PAIGC dos mísseis Strela, em março, a tomada do quartel de Guiledje, em maio e a declaração unilateral de independência em Madina do Boé, em setembro.

---

7. [Carta remetida pelo Padre Lino Bicari a Aristides Pereira], 31 de agosto de 1973, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <https://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6739&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6739&museu=5&c=inicio&IPR=1793>

8. [Telegrama remetido por Aristides Pereira ao Padre Lino Bicari], 22 de outubro de 1973, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <https://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6758&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6758&museu=5&c=inicio&IPR=1793>

9. Entrevista [de Lino Bicari], 3 de abril de 1974, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <http://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6708&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6708&museu=5&c=arquivo&IPR=5757>



Documentos como o referido panfleto «Crimes de Guerra», sobre o bombardeamento das escolas em Tambico e lador, ou «Massacres em Moçambique», que denuncia os massacres de Chawola, Wiryamu e Juwau<sup>10</sup>, refletem a generalização de um movimento de alcance internacional de denúncia da ditadura portuguesa e dos seus crimes em África. A decisão de Lino Bicari, previamente amadurecida, mas tomada definitivamente em Itália, de «mudar de lado» e combater o colonialismo, participa também deste movimento anticolonial internacional.

## O regresso à Guiné. As zonas libertadas.

Consumada a rotura com o regime português e desfiliação do PIME, Lino Bicari parte para a Guiné em finais de 1973. O primeiro destino é Dakar, no Senegal, onde permanece 15 dias, mudando de local de três em três dias para despistar os informadores. Segue para a Serra Leoa e depois para Conacri por alturas do Natal de 1973. Chega a Bendoleide em janeiro de 1974. É colocado pelo PAIGC na Frente Leste, onde passa um período difícil devido ao clima, à alimentação e às condições gerais bastante inóspitas. Será responsável do Hospital Regional da Zona Libertada do Boé, inspetor dos internatos do Instituto Amizade, membro do Conselho Diretivo do Ministério da Educação Nacional e da comissão para a nacionalização das escolas na Guiné-Bissau. Em novembro de 1974, é enviado a Cabo Verde para se ocupar das relações com a Igreja católica. A presença do camarada padre Lino, como era tratado, era muito valiosa para o PAIGC, não só pela importância do trabalho que desenvolvia, mas sobretudo do ponto de vista internacional, ao sinalizar os apoios externos de que o movimento dispunha.

Além do subdesenvolvimento, da pobreza extrema, da fome e das altas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, eram assombrosas na Guiné-Bissau as carências da rede escolar e hospitalar e de uma série de infraestruturas essenciais.

---

10. «Massacres em Moçambique», 6 de janeiro de 1973, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <http://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6933&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6933&museu=5&c=LinoBicari&IPR=5757>

Em outubro de 1971, Amílcar Cabral fazia o seguinte retrato:

«Ao longo da época áurea do colonialismo português tínhamos apenas dois hospitais com um total de 300 camas em todo o país e apenas 18 médicos, 12 deles em Bissau.»

«Quanto às escolas, eram apenas 45, e eram escolas missionárias católicas, ensinando apenas o catecismo. Havia 11 escolas oficiais para crianças assimiladas. Não havia escolas secundárias [na Guiné-Bissau] até 1959; agora existe uma. [...] Havia apenas 2 mil crianças nas escolas em todo o país. E você pode imaginar o tipo de ensino. Foi uma decisão deliberada para impedir o desenvolvimento do nosso povo, tal como fizeram em Angola, Moçambique e outras colônias.»<sup>11</sup>

As insuficiências no domínio educativo eram mitigadas por acordos que o Governo português estabelecia com a Igreja católica, atribuindo-lhe o ensino da população guineense em vários pontos do território, ao abrigo do Acordo e do Estatuto do Missionário e de uma relação fundada na Concordata. Era, naturalmente, um ensino assente no catolicismo, na língua portuguesa e nos valores da «civilização ocidental».

Ao longo da década de 1960, com a abolição do Estatuto do Indígena ou o início da luta armada, regista-se alguma mudança no campo educativo. O Governo português aposta na expansão da rede de ensino, com a criação de mais escolas e o aumento do número de estudantes e pessoal docente.

Paralelamente à rede administrativa e às infraestruturas coloniais nas zonas controladas por Portugal, existiam as chamadas áreas ou zonas libertadas. Nestes territórios, subtraídos ao controlo administrativo e militar português, o PAIGC criou um poder paralelo ao Estado colonial — o embrião do que seriam as futuras estruturas estatais e um sistema de administração comunal, fomentando a criação de assembleias populares, escolas, órgãos judiciais, hospitais, postos sanitários e Armazéns do Povo, numa lógica de participação popular. A educação e a alfabetização assumem uma importância particular para o PAIGC, que cria nestas zonas várias escolas destinadas a jovens, adultos e guerrilheiros.

---

11. «A Educação Política para a Libertação na Guiné-Bissau entre 1963-1974», *Estudos sobre Libertação Nacional*, | n.º 1. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 1 de julho de 2022. <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-1-libertacao-nacional-paigc-educacao/>

Havia ainda escolas no exterior do país, como a Escola-Piloto de Conacri, criada em 1964, e a Escola Teranga, inaugurada em Ziguinchor, no Senegal, em 1972, ambas coordenadas pelo Instituto da Amizade.

De acordo com o trabalho citado, em 1964-65 existiam nas áreas libertadas 50 escolas com quatro mil alunos, passando no biénio seguinte (1965-66) para 127 escolas com 13 361 alunos e 191 professores e para 159 escolas com 14 386 alunos e 220 professores em 1966-67. Este trabalho cita ainda um relatório de 1973 sobre o desenvolvimento do sistema educacional do PAIGC entre 1963 e 1973, ano em que existiriam 164 escolas primárias nas regiões libertadas, 258 professores e um total de 14 531 alunos, dos quais cerca de um terço eram raparigas. Feito um balanço, o PAIGC teria formado 36 quadros universitários, 46 quadros de educação técnica superior, 241 quadros de ensino profissional e especializado, 174 quadros políticos e sindicais e 410 quadros na assistência sanitária. No estrangeiro, recebiam formação média e superior 422 alunos<sup>12</sup>.

## Itália e Guiné.

Embora sem a dimensão da cooperação política, económica e militar de, por exemplo, URSS, China ou Cuba, a Itália foi um dos países europeus que mais apoio deu à luta do PAIGC. Ao longo da década de 60, as esquerdas italianas, algumas delas com ligações à oposição portuguesa no exílio, criam uma rede de solidariedade e apoio às lutas contra a ditadura e, sobretudo, contra o colonialismo português. Era um movimento em que o Partido Comunista Italiano e os católicos progressistas<sup>13</sup> desempenhavam um papel importante e onde desembocavam várias tradições, como o antifascismo e o anticolonialismo, o terceiro-mundismo, o pacifismo, o internacionalismo socialista ou o novo marxismo. Segundo Vincenzo Russo, a par de influências como o pensamento de Frantz Fanon, Che Guevara e até de Amílcar Cabral, esta linha anticolonial filiava-se decisivamente na tradição da resistência italiana ao fascismo e ao império

---

12. *Idem*.

13. Vincenzo Russo, «Eis o primeiro dia da nossa criação como nação», *Público*, 28 de maio de 2023.

de Mussolini na década de 1930<sup>14</sup>. O próprio Cabral enunciava como referencial esta tradição e memória antifascistas. A interceção entre antifascismo e anticolonialismo é muito perceptível em Bicari que, depois de ser contemporâneo da ditadura de Mussolini e da invasão da Etiópia, conhecerá um novo contexto colonial, o português, e a guerra na Guiné.

Ao longo dos anos 1960 e 1970, surgem em Itália várias organizações de apoio aos movimentos anticoloniais, como o Movimento Liberazione e Sviluppo (Molisy), a Fondazione Lelio e Lisli Basso ou o Istituto per le Relazioni tra Italia ed i Paesi dell’Africa, America Latina e Medio Oriente (IPALMO).

A par do apoio político e diplomático, vários intelectuais, artistas e jornalistas italianos participam na divulgação internacional da luta do PAIGC ou do trabalho desenvolvido nas zonas libertadas, através de reportagens na imprensa italiana e internacional, de publicações, de documentários ou da música.

Em 1969, o fotógrafo Uliano Lucas e o jornalista Bruno Crimi visitam as zonas libertadas e produzem uma reportagem que será publicada em vários jornais e no livro *Guinea Bissau: una rivoluzione africana*<sup>15</sup> de 1970, mostrando internacionalmente como as regiões controladas pelo PAIGC eram espaços de democracia participada, onde havia trabalho social, educação e cuidados de saúde.

Outra figura importante nesta conexão Guiné-Itália é Dina Forti, que participara na *resistenza* antifascista durante a Segunda Guerra Mundial. Funcionária do PCI na área das relações internacionais, envolve-se no movimento anticolonial e antiapartheid, estabelecendo relações muito próximas com Samora Machel e a FRELIMO e com Cabral e o PAIGC. Foi ainda um dos intermediários entre Lino Bicari e o PAIGC quando aquele preparava em 1973 a ida para as zonas libertadas da Guiné<sup>16</sup>. Os contactos de Bicari em Itália passavam ainda por Alberto Cheti e Marcelo Fiordelli.

A ligação a Itália será decisiva no plano da construção da imagem de Cabral e na sua divulgação a uma escala global através das fotografias de Bruna Polimeni, que documentou alguns dos momentos fundamentais da luta independentista

---

14. Elisa Alberani, Miguel Cardina e Vincenzo Russo (org.), *Revoluções. Guiné-Bissau, Angola e Portugal (1969-1974)*. Fotografias de Uliano Loucas, Edições do Saguão, Odivelas, 2023, p.14.

15. Elisa Alberani, Miguel Cardina e Vincenzo Russo (org.), *Op. Cit.*, p.22

16. [Carta remetida pelo Padre Lino Bicari a Aristides Pereira], 31 de agosto de 1973, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <https://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6739&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6739&museu=5&c=inicio&IPR=1793>

e possui um dos melhores acervos fotográficos da guerra de libertação e da vida nas zonas libertadas. As suas imagens foram amplamente difundidas na imprensa internacional, sobretudo em publicações como *Afrique Asie* ou *Jeune Afrique*, contribuindo para a visibilidade internacional e credibilidade do PAIGC, como contam Leonor Pires Martins e José Neves no catálogo de *Amílcar Cabral, uma Exposição*<sup>17</sup>. Algumas das fotografias mais conhecidas de Amílcar Cabral são da sua autoria, nomeadamente uma, datada de 1970, em que o vemos de perfil, de sumbia e queixo apoiado na mão, ou uma outra em que surge de pé numa canoa. Foi ainda a partir de uma fotografia de Polimeni que o pintor Luís Noronha da Costa realizou a sua representação de Amílcar Cabral.

O envolvimento italiano no apoio aos movimentos anticoloniais das colónias portuguesas tem a sua expressão política e diplomática fundamental e momento simbólico na já referida audiência de 1 de julho de 1970 em que o Papa Paulo VI recebe os três representantes dos movimentos de libertação e na qual a jornalista Marcella Glisenti, também ligada ao PCI, diretora da Livraria Paesi Nuovi, teve um papel fundamental<sup>18</sup>. Foi ela que informou Amílcar Cabral — durante a Conferência de Solidariedade que decorria em Roma em finais de junho — da audiência com o Papa que ela própria organizara e presenciará. De resto, Cabral visitou várias vezes Itália, onde tinha amigos e apoios. Foi em Milão que fez, em 1964, a intervenção no Centro de Documentação Frantz Fanon que serviu de base a «Breve análise da estrutura social da Guiné 'portuguesa'», regressando a Itália em 1968 e em 1972<sup>19</sup>.

## Lino e Puim.

Na Guiné, Lino Bicari conheceu em 1970 o padre e capitão militar Arsénio Puim, visita frequente da Missão de Bafatá. Ali encontra um espaço seguro de conversas sobre a guerra, a Igreja e a violência colonial junto dos missionários italianos,

---

17. José Neves e Leonor Pires Martins, *CABRAL KA MORI. Catálogo de «Amílcar Cabral, uma Exposição»*, 2023.

18. José Pedro Castanheira, «A amiga italiana de Cabral», *Expresso*, 22 de fevereiro de 1997, Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <https://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6817&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6817&museu=5&c=LinoBicari&IPR=8148>

19. José Neves e Leonor Pires Martins, *Op. Cit.*, 2023.

em especial Lino. Já antes da chegada à Guiné, Puim tinha sérias dúvidas acerca da possibilidade de conciliar a sua missão enquanto sacerdote com o trabalho num exército que levava a cabo uma guerra. Como apregoar a paz, o perdão e o amor àqueles que se preparavam para matar ou morrer<sup>20</sup>?

As reservas transformar-se-iam rapidamente em críticas à guerra e ao regime, que expôs em várias homilias em 1971. Uma delas marcará Bicari de forma perene. Dois episódios levarão a que Puim seja denunciado, detido, expulso do Exército e enviado para Portugal. Primeiro, criticará uma operação de comandos africanos durante a qual um furriel trouxera como troféu a cabeça de um soldado do PAIGC que passeou por Bambadinca. Mais tarde apoiará e pressionará a libertação de um grupo de civis guineenses que viviam sob o controlo do PAIGC, detidos pelas forças portuguesas em terríveis condições.

Puim terá sido o segundo padre expulso do cargo de capelão militar, depois do padre Mário de Oliveira, conhecido como o «Padre Mário da Lixa», em 1967, que seria ainda preso e julgado pela ditadura e proibido pela hierarquia católica de exercer o ofício pastoral, acusado de subversão<sup>21</sup>. Além destas duas expulsões, a investigação de António Marujo apurou que pelo menos outros 11 padres católicos recusaram ser capelães<sup>22</sup>. Outros foram mesmo forçados pelas autoridades eclesiásticas a ir para África contra a sua vontade.

Não obstante as históricas boas relações entre o Governo português e a Igreja, vários clérigos e leigos criticam a guerra e o colonialismo em homilias, documentos ou posições públicas. Em Portugal, um dos casos mais notáveis é o de António Ferreira Gomes, bispo do Porto, regressado do exílio em 1969. O padre Felicidade Alves dinamizará a publicação dos Cadernos GEDOC (Grupos de Estudos e Intercâmbio de Documentação, Informações e Experiências) e entrará em rotura com as autoridades religiosas. Em Moçambique, o massacre de Mukumbura (Tete, novembro de 1971) é denunciado num relatório dos padres espanhóis da Congregação de Burgos, posteriormente detidos na prisão da Machava e expulsos para Espanha. Os padres portugueses Fernando

---

20. António Marujo, «O caso do capelão expulso por querer descalçar os dois sapatos à guerra», *Expresso*, 12 de maio de 2023.

21. «Novamente preso o Padre Mário Pais de Oliveira, pároco de Macieira de Lixa – Felgueiras», s.d., Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <http://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6869&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6869&museu=5&c=LinoBicari&IPR=5757>

22. António Marujo, *Op. Cit.*

Mendes e Joaquim Teles Sampaio empenhar-se-ão na denúncia deste caso, sendo por isso presos e julgados em Tribunal Militar<sup>23</sup>.

A guerra colonial será ainda determinante na politização e radicalização dos setores católicos da oposição e dos chamados «católicos progressistas». Muitos destes acontecimentos filiam-se em processos em curso ao longo da década de 1960, desde logo a dinâmica aberta pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), que significou uma mudança da Santa Sé relativamente ao colonialismo em África, claramente desfavorável a Portugal, ou as posições públicas do Papa Paulo VI e a instituição do Dia Mundial da Paz, ocasião em que a oposição católica aproveitará para realizar vigílias contra a guerra colonial, como na Igreja de São Domingos, na passagem de ano de 1968 para 1969, ou na Capela do Rato entre 30 de dezembro de 1972 e 1 de janeiro de 1973. Esta última terminará com a intervenção violenta da polícia, que invade a capela e prende vários dos presentes, alguns deles em greve de fome.

## Conclusão

O panfleto «Crimes de Guerra», ao que tudo indica produzido pela Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) em Argel, conta como as escolas criadas pelo PAIGC nas aldeias de lador e Tambico, nas zonas libertadas, foram bombardeadas pela Força Aérea Portuguesa nos dias 2 de fevereiro e 30 de março de 1970, respetivamente. «Tambico e lador são agora apenas cinza, destroços, lágrimas.» Em lador terão morrido oito crianças e 17 ficaram feridas, enquanto em Tambico foram sete as crianças mortas e oito as feridas. No total, 15 mortos e 25 feridos «em nome da civilização cristã. Sob as ordens do general António de Spínola e sob a responsabilidade do Governo de Marcelo Caetano».

No verso leem-se excertos de Bertolt Brecht e poemas de Manuel Alegre, dirigente da FPLN, cantados e musicados por Adriano Correia de Oliveira, como «Saudade Pedra e Espada», e um excerto de *O Canto e as Armas*.

---

23. «Depoimentos de 'o julgamento dos padres do Macuti'. Os massacres de Mucumbura», s.d., Arquivo Museu do Aljube Resistência e Liberdade. <http://fundos.museudoaljube.pt/ficha.aspx?id=6931&ns=1102000&Lang=PO&idNavegacaoPrincipal=6931&museu=5&c=LinoBicari&IPR=5757>

Mais uma vez, geografias distantes aproximavam-se. O jovem padre italiano que em 1966 chegara a Portugal e ouvia a Rádio Voz da Liberdade — emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) —, anos depois terá acesso a um documento que denuncia os crimes de lador e Tambico produzido pela mesma FPLN, usando a poesia de Alegre, cuja voz tantas vezes lhe fizera chegar, desde Argel, as notícias que a ditadura censurava.

A canção de intervenção ou de protesto, em que Alegre e Adriano se distinguem, mobiliza-se fortemente em torno da questão colonial e reflete também a radicalização dos setores católicos. O então e ainda padre Francisco Fanhais popularizará «Cantata da Paz», escrita por Sophia de Mello Breyner por ocasião da referida vigília pela paz na Igreja de São Domingos. Fanhais fora ordenado padre em 1965, mas o direito de exercer o sacerdócio ser-lhe-á retirado. Partirá para França em abril de 1971 e ligar-se-á à LUAR. Mais tarde, instala-se no Alvito, Alentejo, onde terá como vizinhos dois ex-padres que se haviam dedicado à causa revolucionária: Alípio de Freitas e o próprio Lino Bicari.

O percurso de Lino Bicari atravessa e liga, assim, várias realidades. Ele próprio cruza os dois sistemas de ensino concorrentes, ao abandonar o ensino na Missão Católica em Bafatá, ligado ao poder colonial, para trabalhar com o PAIGC nas zonas libertadas.

É um dos vários elementos a estabelecer a conexão entre Itália e Guiné, ainda que de forma autónoma e original. Chega à Guiné para trabalhar como missionário, via administração colonial portuguesa. Só mais tarde em Itália estabelecerá contacto com os vários movimentos e personalidades que apoiavam a luta anticolonial e com os dirigentes do PAIGC, antes de regressar à Guiné. Finalmente, partilhava com os seus compatriotas das esquerdas italianas a memória da resistência antifascista que desempenha em todas estas histórias um papel fulcral.

Lino Bicari é um dos raros estrangeiros a quem foi reconhecido, pelas autoridades guineenses, o estatuto de «Combatente da Liberdade da Pátria». Após a independência, desempenhou algumas missões políticas e cargos no âmbito da Saúde e da Educação e foi assessor para o Ensino Básico do Comissariado da Educação Nacional. No decorrer dos anos, por considerar que o PAIGC se afastava do pensamento de Amílcar Cabral, assume uma posição crescentemente crítica até se desfilial do partido em 1987. Dotado de grande espírito crítico, as ruturas far-se-ão ainda no campo religioso. Em 1984 abandona o sacerdócio, após anos de contestação e de lutas pela renovação da Igreja.

Radicado em Portugal desde 1990, continuou a trabalhar em projetos de desenvolvimento em África, nomeadamente



em Angola ou Moçambique. Foi consultor da UNICEF e trabalhou com organizações não-governamentais portuguesas, alemãs e holandesas em projetos de desenvolvimento local.

Lino Bicari doou parte do seu espólio à Biblioteca-Museu República e Resistência cuja progressiva desativação e posterior encerramento levou a que fosse transferido para o Museu do Aljube, seguindo-se novas doações em 2016 e em 2022. Num total de cerca de 680 documentos descritos e digitalizados, trata-se de um valioso espólio para a investigação sobre a luta anticolonial, o PAIGC e o colonialismo português, mas também sobre educação, desenvolvimento, trabalho social, missionação ou a Igreja católica.

Em novembro de 2022, parte da sua história de vida ficou registada num depoimento que concedeu ao Museu do Aljube.



**EGEAC**



**MUSEU DO ALJUBE  
RESISTÊNCIA  
E LIBERDADE**